

X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 [VOLTAR
AO SUMÁRIO](#)

Área Temática: Docência e os novos perfis do profissional da informação

REPRESENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DOCUMENTAL NA ATUALIDADE: UMA REALIDADE EM BUSCA DE NOVOS MÉTODOS E TEORIAS

REPRESENTATION AND DESCRIPTION DOCUMENTARY TODAY: A REALITY IN NEW SEARCH METHODS AND THEORIES

Cíntia de Azevedo Lourenço, UFMG

Resumo

A área da representação descritiva, em especial da Catalogação vem passando por um processo de inovação e atualização para melhor de adequar à nova realidade informacional. Entretanto, muitos cursos de Biblioteconomia no Brasil têm negligenciado o ensino dessa disciplina, relegando-a a um segundo plano. Esse artigo tem por objetivo resgatar a discussão da importância do ensino e da pesquisa nessa área para a formação do profissional da informação moderno. Mostra a importância de se rever o processo de evolução da área e uma atenção maior nas pesquisas na atualidade.

Palavra-chave: Catalogação. Representação descritiva. Formação do profissional da informação

Abstract

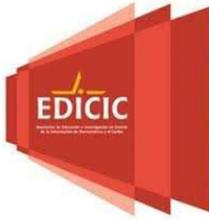
The area of descriptive representation, especially cataloguing has been undergoing a process of innovation and upgrading to better suit the new informational reality. However, many librarianship courses in Brazil have neglected the teaching of this subject, relegating it to the background. This article aims to rescue the discussion of the importance of teaching and research in this area for the professional training of modern information. It shows the importance of reviewing the development process of the area and more attention in the current research.

Keyword: Cataloging. Descriptive representation. Professional information training.

1 INTRODUÇÃO

Existente desde os tempos antigos, o ofício de bibliotecário sofreu várias transformações, por séculos e séculos, sempre se adequando às demandas sociais de informação, à preservação dessa informação e as novas tecnologias de armazenagem e organização da informação.

Esse profissional passou gradativamente de detentor e “protetor” do conhecimento humano a organizador e disseminador desse conhecimento. Aprendeu a trabalhar com novos



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

suportes de informação e a buscar uma melhor forma de recuperar informações para uso de toda e qualquer pessoa.

Dentre as tecnologias de organização da informação, passou desde elaborador de listagens, cada vez mais especializadas, até organizador e gestor de bases de dados cada vez mais sofisticadas. E nesse processo desenvolveu várias técnicas e metodologias para uniformizar e padronizar as formas de registro de cada item bibliográfico e/ou documental, com a finalidade de melhorar a recuperação da informação.

Entretanto, quando se discute a formação do profissional da informação, em particular do bibliotecário, eventualmente algumas afirmações e um ataque específico ao ensino da catalogação nos cursos de biblioteconomia, podem ser ouvidos entre os pesquisadores de organização da informação, como por exemplo: “catalogação não é importante... poderia ser retirada do currículo”.

Essa afirmação é preocupante e mostra uma necessidade de maiores estudos que permitam um entendimento mais profundo sobre a importância da catalogação na organização e tratamento de informação.

Nesse sentido o presente trabalho busca elaborar um olhar mais profundo sobre a catalogação e sua divulgação em um espectro mais amplo, contribuindo para o seu resgate e atualização, apresentando a catalogação em sua concepção mais ampla e sua importância cada vez mais latente nesse novo universo de catálogos e bibliotecas on-line.

2 UM POUCO DE HISTÓRIA

Desde os primórdios da história da humanidade o homem vem criando e aplicando técnicas e métodos para organizar, controlar, armazenar e preservar os registros do conhecimento humano, originando e desenvolvendo, no decorrer dos séculos, a biblioteconomia, tal como hoje nós a conhecemos.

Os primeiros profissionais da informação foram os estudiosos da antiguidade, dentre os quais sempre é lembrado Calímaco, o famoso bibliotecário responsável pela organização da Biblioteca de Alexandria. Já durante a Idade Média foram os religiosos que assumiram a função de copiar, armazenar e preservar a produção literária e científica de sua época, no mundo ocidental.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Os suportes físicos da informação também evoluíram, dos tabletas de barro, passando pelos papiros e os primeiros livros em pergaminho. Nessa época, toda a produção literária e científica era constituída de manuscritos, sendo muito reduzido o número de livros, devido ao alto custo de sua produção artesanal. Foi com a invenção da imprensa que este quadro se reverteu, iniciando-se o fenômeno denominado de “explosão bibliográfica”, caracterizado pelo crescimento exponencial dos registros de conhecimento, tendo como consequência o barateamento da produção livreira, o surgimento dos primeiros periódicos, dos multimeios diversos, culminando em nossos dias com a criação e desenvolvimento da internet e das bibliotecas digitais.

Neste contexto, a representação e descrição documentais têm acompanhado a evolução das bibliotecas e dos subsequentes processos de organização e recuperação da informação. Nas bibliotecas da antiguidade, esses processos se restringiam a simples listas, sem uma organização prévia, que muitas vezes continham apenas títulos e autores dos documentos e livros listados. Esta situação se estendeu até a Idade Média, quando surgiram os primeiros catálogos, ainda em forma de listagens, culminando com o catálogo de fichas, por ocasião da Revolução Francesa, quando a falta de papel obrigou os bibliotecários da época a utilizar cartas de baralho para seus catálogos (MEY, 2009), originando-se dessa limitação os catálogos em fichas das bibliotecas, instrumento amplamente utilizado nos dois últimos séculos.

Nesse mesmo contexto, cumpre que se ressalte que foi a partir do século XIX que a representação e descrição documentais começaram a se constituir em foco de estudos na área da biblioteconomia, quando em 1853 Charles Jewett, preocupado com a necessidade de padronização e de desenvolvimento de técnicas e normas de catalogação, propôs a primeira teoria da prática da catalogação e defendeu a criação de um catálogo universal, semente inicial da atual catalogação cooperativa (JENG, 1997, p.119).

Ainda durante o século XIX, surgem os primeiros códigos de catalogação em diferentes países, sem entretanto, ainda não existir um código universal a ser adotado por todos os países do mundo, fato que dificultava o estabelecimento de redes de catalogação e resultava em esforços isolados e repetitivos quanto ao desenvolvimento de uma teoria de descrição documental. Somente em 1967 surge a primeira edição do AACR, Anglo American Cataloguing Rules, que colaborou com a efetiva padronização da representação descritiva documental. Desta raiz inicial de catalogação padronizada, surgiram ainda na década de 1960,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

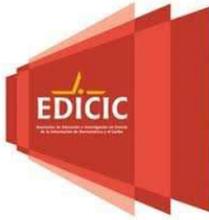
o formato MARC para padronização de catálogos automatizados; e, na década de 1970 as normas para descrição bibliográfica conhecidas como International Standard Bibliographic Description (ISBD).

Nas décadas de 1980 e 1990, com o desenvolvimento das tecnologias computacionais, a necessidade e a forma de se catalogar começa a ser questionada, assim como a importância de suas normas e padrões. Com o advento da *internet* e das bibliotecas digitais, esses questionamentos se tornaram mais intensos e relevantes, surgindo a necessidade de uma teoria mais sólida para a catalogação, que até hoje vem se firmando em normas e padrões consolidados na prática biblioteconômica tradicional, estes repetidos mecanicamente por gerações sucessivas de catalogadores, sem maiores e mais profundas reflexões.

Embora o reconhecimento formal de bibliotecas digitais seja relativamente novo, é conhecido o fato de que algumas bibliotecas tradicionais, especialmente nos países econômica e tecnologicamente mais desenvolvidos, já trabalham com as tecnologias de processamento eletrônico de dados, desde que começaram a organizar e oferecer acesso a bases de dados referenciais *online*, e que os denominados OPAC's (*On-line public access catalogs*) passaram a ter uma maior presença no contexto de bibliotecas, ambos os fenômenos que, em escala de maior intensidade, remontam ao final dos anos de 1960 e início dos anos 1970.

O advento do mundo digital vem ocasionando novas mudanças no trabalho de autores e bibliotecários, fazendo com que estes se envolvam com as novas possibilidades tecnológicas diretamente incidentes nos processos de produção, armazenagem, tratamento e recuperação de documentos e informações, alterando de forma radical seus processos de trabalho e produtos finais. Em decorrência de mais essa ruptura, ensejada pela tecnologia, compartilham hoje do mesmo espaço de produção os autores de textos, sons e imagens, geradas em todos os recantos do mundo civilizado, juntamente com profissionais dedicados às tarefas de organização de conjuntos específicos de informações e de criação de meios para recuperá-los.

Uma das principais conseqüências da implantação e desenvolvimento da plataforma *www* e da *internet*, é o fenômeno da desterritorialização do documento, ou seja, o fato de passar o documento a ter sua materialidade desvinculada da forma física anterior, assumindo a forma digital que possibilita uma organização espacialmente integrada de textos, imagens e sons. Como produtos desse complexo cenário, encontra-se na *web* um ilimitado e cambiante universo constituído de novos documentos, os denominados objetos digitais. O meio digital



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

em nossos dias pode ser visto como o espaço sem precedentes para o registro e recuperação de documentos textuais, sonoros e imagéticos, espaço esse que, ao ensejar uma enorme gama de possibilidades de armazenagem, memória e formatos, passou também a requerer novos elementos facilitadores de sua recuperação. Nesse novo contexto os objetos e seus catálogos não se encontram separados, mas compartilham o mesmo espaço – o espaço digital.

E é nesse novo e atual cenário que este artigo pretende refletir sobre a prática e as regras de representação descritiva documental no contexto atual - regras essas que muitas vezes não estão sendo devidamente consideradas nos cursos de graduação e de formação de bibliotecários especializados - numa tentativa de se refletir sobre os princípios básicos de uma teorização consistente e atualizada desse processo considerado essencial para a organização de acervos de conhecimentos.

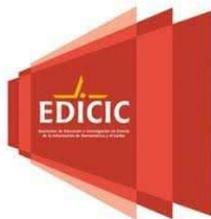
3 DESCRIÇÃO BIBLIOGRÁFICA NA ATUALIDADE

A representação descritiva tem sido desenvolvida, segundo os autores consultados, com base na prática da catalogação e da bibliografia, sempre com a preocupação principal de identificar os elementos essenciais e complementares necessários para uma representação documental satisfatória e universal. Para isso, os catalogadores e estudiosos vêm aperfeiçoando formatos que incluem áreas de descrição e pontuações padronizadas, com o objetivo de reduzir a barreira do idioma entre os catalogadores e usuários de informação e de possibilitar o reconhecimento eletrônico dos diversos elementos constantes da descrição.

3.1. A “caixa-preta” denominada catalogação

Diferente do ofício de bibliotecário, a catalogação, como nós a entendemos atualmente, não existe desde a antiguidade. Pode-se dizer que ela foi sendo construída com o tempo. Nos primórdios das bibliotecas, sempre existiu a necessidade de se ter o controle dos itens que se possuía, mas apenas com o objetivo que guardar e preservar esses suportes do conhecimento humano, garantindo que chegassem às mãos e às mentes de futuras gerações. Esse controle era feito em forma de inventário.

Foi somente durante a idade média que as primeiras listagens estruturadas surgiram no interior das bibliotecas monásticas e da nobreza, sendo que somente em 1389, no convento St.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Martin, em Dover, Inglaterra que se tem notícia do primeiro catálogo como entendemos hoje. Ainda em forma de listagem, trazia abaixo de cada obra listada o seu conteúdo e uma análise de suas partes, que hoje são chamadas de entradas analíticas (MEY, 2009).

A forma de organização em fichas surge somente na Revolução Francesa e em 1791, surgindo assim o primeiro código de catalogação, bem simples curto e prático. É somente no fim do século XIX que a biblioteconomia assume a configuração que tem até os dias de hoje. É nesse período que surgem os primeiros teóricos da catalogação: Anthony Panizzi, que desenvolveu 91 regras de catalogação para o British Museum, na Inglaterra; Charles Jewett com o código do Smithsonian Institute, nos Estados Unidos; Carl Dziatzko com as Instruções Prussianas para catalogação; e Charles Ami Cutter idealizador das regras para o catálogo dicionário (MEY, 2009).

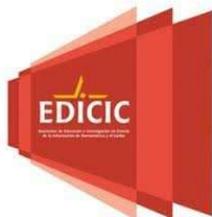
3.2 Mas o que é realmente a catalogação

Podemos dizer que catalogação, é o processo técnico do qual resulta o catálogo, mas não é só isso. Se limitarmos a catalogação apenas à confecção dos catálogos estaremos tendo uma percepção reducionista de sua importância.

Antes de mais nada, são regras para a descrição bibliográfica (primeira parte do AACR2R) e para atribuição de pontos de acesso normalizados (segunda parte do AACR2R) com a finalidade de garantir a padronização das entradas e melhorar a recuperação da informação.

Mais do que simplesmente listar alguns itens descritivos de uma obra independente de seu suporte físico, as regras de catalogação encontradas no AACR2R e atualmente atualizadas no RDA, informam ao profissional bibliotecário os critérios para definir se uma obra tem uma autoria conhecida ou não, como reconhecer uma autoria efetiva, como proceder com obras sem autoria definida, entre outras questões que tornam uma atividade aparentemente “fácil”, uma grande fonte de dúvidas.

Sem uma normalização para se decidir tais questões, cada base de dados atualmente teria um nome de uma pessoa escrito de mais de uma forma diferente, ou mesmo uma autoria atribuída erroneamente a uma obra aonde essa pessoa seria apenas um colaborador.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Além dessas questões descritivas, que aparentemente são simples, existe a questão dos pontos de acesso, também normalizados pelo código de catalogação, como por exemplo: quando uma autoria é atribuída a um órgão público, como é a forma correta de “nomear” essa instituição como detentora da autoria de uma obra?

Mesmo coisas simples como atribuir uma obra a uma editora ou a outra, qual a data de publicação de uma obra, como registrar o nome da coleção ou série a que uma obra pertence, como identificar a autoria da coleção da autoria de cada obra na coleção, entre outras questões, são respondidas pelo código de catalogação.

Portanto esse instrumento, mais do que uma regra para se “fazer fichinhas” é um manual de normalização que irá garantir um trabalho em uníssono, de bibliotecários e outros profissionais da informação no mundo, para que tanto os catálogos em fichas, quanto os novos catálogos *on-line*, tenham um padrão de maneira a garantir uma melhor recuperação da informação.

Os catálogos são mais úteis como instrumentos de comunicação, quando adotam uma linguagem padronizada, isto é, um mesmo código de catalogação em âmbito internacional.

Sendo o catálogo um meio e não um fim, o usuário ou o público a que se destina deve ter o privilégio de ser convenientemente por ele atendido, mesmo contrariando os preceitos aos quais estão ligados os catalogadores.

Contudo, nos cursos de formação de catalogadores, o conteúdo sobre o assunto limita-se a definir catalogação e catálogos, as áreas de descrição de uma representação bibliográfica, os tipos de catálogos e o formato MARC, para catalogação automatizada. Entretanto, a consolidação teórica destes conceitos e desta prática fica esquecida, o que tem levado muitos alunos e até mesmo muitos profissionais a questionar a necessidade do ensino e até mesmo da observação destas regras na organização da informação. O ensino da catalogação tem se apresentado desvinculado da realidade prática atual e, principalmente, isento de uma teoria sólida que a sustente e lhe dê a importância devida.

Esse enfraquecimento tem suas bases na repetição de uma prática que deu certo quando surgiram os primeiros documentos multimídia (discos, fitas cassete, fitas VHS, microfilmes etc), mas que tem apresentado inúmeras dificuldades no caso dos documentos eletrônicos existentes na internet e em especial nas bibliotecas digitais: a transposição das



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

áreas de descrição utilizadas para documentos impressos (livros, periódicos etc) para a representação descritiva de documentos eletrônicos.

Como a teoria que sustenta estas áreas de representação descritiva é frágil, sua transposição para as necessidades atuais de representação de documentos eletrônicos tem se apresentado problemática: como saber se um documento eletrônico está suficientemente descrito, para que este possa ser recuperado eficientemente no universo das bibliotecas digitais? E esta situação se torna mais crítica quando os profissionais da informação são questionados sobre a necessidade de uma determinada área de descrição e estes, muitas vezes não possuem elementos teóricos suficientes para convencer os profissionais da informática, que por seu lado também vêm trabalhando empiricamente na criação e desenvolvimento de bibliotecas digitais.

Esta fragilidade teórica, nos dias atuais, tem levado a representação descritiva em bibliotecas digitais a um evidente retrocesso: como nos primórdios da catalogação, quando cada país tinha seu próprio código, hoje as diversas iniciativas de bibliotecas digitais existentes na internet têm desenvolvido padrões próprios de descrição documental, com a utilização de diversos padrões de metadados, processados em aplicativos que se utilizam de linguagens também diversas (html, xml etc).

Enquanto instituições ligadas às práticas biblioteconômicas, trabalham no desenvolvimento de formatos de representação descritiva, baseados no formato MARC, outras instituições não ligadas à biblioteconomia desenvolvem formatos próprios baseados em suas necessidades práticas e específicas.

Alguns elementos descritivos são iguais, como autor, título e assunto, porém outros podem ser completamente diversos e específicos de cada biblioteca digital. Frente a esta realidade, a descrição documental volta ao estágio inicial da diversificação de padrões, tornando-se essencial a busca por uma nova padronização, adequada às necessidades das bibliotecas digitais e da internet, por isso atualmente o AACR2R foi reformulado, surgindo um novo código de catalogação – o RDA.

Como Klim (1981) já preconizava, a catalogação se constitui em parte essencial do tratamento da informação de qualquer unidade de informação, e já a tempos vem merecendo uma maior atenção dos profissionais da informação no que se refere a sua teorização, para a criação do que ele chamou de “catalografia”, ou seja, a teoria da representação descritiva.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

A estruturação da representação documental e da catalogação como uma base teórica consistente e coerente trará para a biblioteconomia maior credibilidade perante as demais áreas da ciência da informação, pois mostrará efetivamente o quanto esta prática é atual e relevante.

Sua relevância poderá ser identificada se analisarmos a representação documental como forma de integração e padronização, necessária ao gerenciamento de bancos de dados informacionais tanto de bibliotecas tradicionais, quanto de bibliotecas digitais.

Segundo Keen (1996) a falta de integração e padronização cria inovações tecnológicas “isoladas”, comprometendo a integração dos sistemas informacionais e gerenciais de uma empresa, que busque a inovação e a vantagem competitiva através do uso das tecnologias de informação.

E é através deste raciocínio que percebemos a importância da representação documental na biblioteconomia moderna, pois é ela que nos fornece os parâmetros de padronização de nossos sistemas bibliográficos, para que eles possam se integrar a outros sistemas de outras unidades de informação e também, ao sistema dos outros departamentos e setores de uma empresa ou instituição.

Atualmente, sabemos que mesmo as bibliotecas tradicionais têm abandonado seus catálogos manuais em detrimento de sistemas gerenciadores de bancos de dados bibliográficos poderosos e eficazes, como nos lembra Keen (1996, p. 38).

“Com os SGBDs, os dados ficam organizados da mesma forma que os livros de uma biblioteca. Informações como nomes e endereços ficam armazenadas num único lugar, em fita ou disco. Os softwares gerenciadores de bancos de dados possuem um recurso equivalente ao índice de autores e assuntos das bibliotecas. Os programas de processamento de transações ou geração de relatórios requisitam o registro desejado, que o SGBD se encarrega de localizar, da mesma forma que os leitores utilizam o catálogo de fichas da biblioteca para localizar a prateleira e o código específico do livro desejado.

As bibliotecas catalogam os livros por título e assunto, porém não por capítulo. A evolução dos SGBDs vem permitindo o aprofundamento do nível de indexação — como se as bibliotecas indexassem os livros por frase ou palavra-chave.”



Portanto, podemos afirmar que as nossas “antiquadas” teorias de catalogação e representação descritiva, que, pode-se dizer, consistiam em técnicas manuais refinadas de gerenciamento de dados, são mais atuais e relevantes do que nunca, pois se em um sistema manual, que dependia do raciocínio lógico, representativo e associativo humano, a falta de padronização já dificultava a recuperação de informações pelos usuários e bibliotecários, o que não poderá causar a um sistema de gerenciamento de dados informatizado.

A representação documental pode não ser mais necessária para a confecção de um sistema de gerenciamento de dados manual (fichas catalográficas ou bibliografias), mas ainda é extremamente importante enquanto:

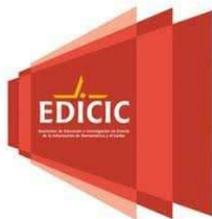
- a) fonte de identificação de formatos padronizados de entrada de dados como autor, título, assunto etc., que evitam a duplicidade, a polissemia, a sinonímia e a ambigüidade de nomes e termos em um sistema de recuperação de informação; e
- b) fonte de referência para quais os campos ou metadados serão necessários para uma perfeita representação descritiva de um dado item em um sistema de gerenciamento de dados bibliográficos.

Portanto o retomar das práticas de representação documental é de vital importância para as pesquisas de tratamento da informação em bibliotecas digitais, mas necessitam de um melhor embasamento teórico para que sua aplicabilidade não seja comprometida por inconsistências que possam danificar o bom funcionamento dos atuais sistemas de gerenciamento de dados bibliográficos automatizados.

Atualmente as instituições ligadas à ciência da informação mundial tem desenvolvido padrões para a representação descritiva de objetos digitais, através da utilização dos metadados (dados sobre dados, ou simplesmente etiquetas de contextualização dos dados) possíveis de serem inseridos através das linguagens de marcação.

Estes padrões refletem um esforço conjunto tanto da biblioteconomia, quanto da ciência da computação, em definir um formato de descrição documental para objetos digitais, com o objetivo de melhorar a recuperação da informação, principalmente no ambiente das bibliotecas digitais, além de facilitar a preservação destes documentos eletrônicos.

E é neste esforço conjunto que uma representação descritiva mais consistente teoricamente poderá ser de grande contribuição, auxiliando em uma melhor integração entre



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

as diversas bibliotecas digitais e destas com a *web* mais amplamente, melhorando a recuperação da informação realizada pelas máquinas de busca, através da padronização de entradas de dados e de metadados descritivos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A representação descritiva tem tido, no decorrer da história da biblioteconomia, uma importância fundamental: a de manter a consistência na catalogação e na referência bibliográfica e a de eliminar a barreira do idioma entre os profissionais da informação e os usuários da informação. Além disso, o contato com a enorme diversidade de casos previstos nas normas de catalogação, possibilitam aos alunos e profissionais da área da biblioteconomia um conhecimento amplo, até mesmo exaustivo, da tipologia documental multimídia disponível, matéria prima de seus trabalhos de organização de bibliotecas tradicionais ou digitais.

Este enfraquecimento teórico acompanhado, nos últimos anos, de um retrocesso na prática da catalogação hoje tão necessária à criação de bibliotecas digitais, pode levar a biblioteconomia a dois polos distintos: ou a representação documental perderá toda a sua consistência e padronização, colaborando para a fragmentação do conhecimento existente no ambiente da internet e das bibliotecas digitais, destruindo assim, todo o objetivo de integração informacional entre as unidades de informação do futuro; ou a representação documental será repensada e teoricamente fortalecida para atender a esta nova necessidade de “representação informacional”, latente nas bibliotecas digitais, contribuindo para a universalização do conhecimento humano.

Portanto, é mister que os profissionais e estudiosos da informação se empenhem na reestruturação dos formatos de representação bibliográfica, mas também, fortaleçam a base teórica destes formatos, para que eles possam melhor atender as necessidades informacionais e de intercâmbio entre as bibliotecas digitais de maneira efetiva e eficaz.

A biblioteconomia e suas teorias de tratamento da informação nunca foram tão atuais e necessárias quanto nestes tempos modernos, onde a inovação e a vantagem competitiva requer uma atuação integrada, profissional e cooperativa.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Além disso, o novo código de catalogação, o RDA (Resource Description and Access), traz uma concepção do registro bibliográfico mais ampla e virtualmente mais consistente, uma vez que revê as práticas de descrição além do pragmatismo do fazer bibliotecário, indo além para a descrição de um recurso como um todo em diferentes ambientes de recuperação da informação, como catálogos de editoras, arquivos, museus, livrarias e qualquer outro núcleo de coleção de recursos informacionais.

O novo código de catalogação, o RDA (MERING, 2014) traz um olhar mais amplo e complexo para a descrição de itens bibliográficos de qualquer tipo ou natureza, permitindo que o profissional da informação elabore uma descrição mais coerente e consistente com as necessidades tanto dos catálogos eletrônicos, quanto de todo o tipo de repositório digital de informação, como: bibliotecas digitais, bases de dados bibliográficas, fontes de informação e repositórios institucionais, entre outros.

REFERÊNCIAS

JENG, Ling Hwey. Knowledge, technology, and research in cataloging. In: SHEARER, James R. ; THOMAS, Alan R. **Cataloging and classification: trends, transformations, teaching, and training.** Hardcover: Haworth Press, 1997. p.113-127.

KEEN, Peter G. W. **Guia Gerencial para a tecnologia da informação.** Rio de Janeiro: Campus, 1996.

KLIM, I. L. Developing a theory of bibliographic description. **Scientific and Technical Information Processing**, n.1, p.50-58, 1981.

MERING, Margaret. **The RDA workbook: learning the basics of Resource Description and Access.** Santa Barbara, California: Libraries Unlimited, 2014.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catalogação no plural.** Brasília, DF: Briquet de Lemos / Livros, 2009.

OLIVER, Chris.; LEMOS, Antônio Agenor Briquet de. **Introdução à RDA: um guia básico.** Brasília: Briquet de Lemos, 2011.